



ASSUNTO:

Modifica o art. 875, caput, do Código de Processo Civil, Decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939.

DESPACHO: À Comissão de Constituição e Justiça.

em de 16-4-51 de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Alfredo B. Wald Junior, em 19/4/1951

O Presidente da Comissão de Assuntos Gerais

Ao Sr. A' Sub-Comissão 8/5/13, em 19

O Presidente da Comissão de Justiça Waney Jr

Ao Sr. Deputado Luiz Magalhães Pires, em 2/1952

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em 19__

O Presidente da Comissão de.....

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de.....

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de em 19

Ao Sr. _____, em _____

O Presidente da Comissão de _____

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 19 DE 19

SINOPSE

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa:

.....

.....

Autor:

Discussão única.....

Discussão inicial.....

Discussão final.....

Redação final.....

Remessa ao Senado.....

Emendas do Senado aprovadas em..... de de 19.....

Sancionado em..... de de 19.....

Promulgado em..... de de 19.....

Vetado em..... de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de..... de de 19.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 44 — 1951

Modifica o art. 875 "caput." do código de processo civil, Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939.

(Do Sr. Castilho Cabral)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 875, *caput*, do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil) fica modificado para assim expressar:

"Art. 875 — Na sessão de julgamento, feita a exposição dos fatos e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não for de agravo ou embargos declaratórios, dará, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, a palavra pelo prazo improrrogável de quinze (15) minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acordo com o regimento interno do Tribunal".

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 30 de março de 1951. — *Castilho Cabral*. — *Antonio Feliciano*. — *Cunha Bueno*. — *Paulo Lauro*. — *Frota Moreira*. — *Lucio Bittencourt*. — *Aliomar Baleeiro*. — *Marrey Junior*. — *Arnaldo Cordeiro*. — *Ubirajara Keutnedjian*. — *Ivete Vargas*.

Justificação

1. Em comentário ao art. 875 do Código de Processo Civil, diz Odilon de Andrade, — "Comentários ao Có-

digo de Processo Civil, ed. Revista Forense, n.º 387" — o seguinte:

"A exposição dos fatos é o relatório do feito, sem manifestação do voto. Deve ser ele o mais minucioso possível, não devendo o relator omitir fato ou circunstância que possam influir na decisão da causa. Devem ser expostos com clareza os pontos essenciais da controvérsia, e pelo relatório patenteia o juiz que a conhece e que vai decidí-la com pleno conhecimento de causa".

E, depois de citar opinião de José Alberto dos Reis, observa, com acuidade:

"Uma exposição bem feita da causa facilita o julgamento dos juizes que não examinaram o processo, e um relatório falho e defeituoso balbúrdia a discussão e confunde até os mais atilados".

2. — Nada mais torturante para os advogados, que, crentes da "oralidade", ainda se dão ao trabalho de sustentar na tribunal forense os direitos que defendem — do que não podem retificar erros ou equívocos de um relatório falho e defeituoso, porque, muitas vezes, só no voto, propriamente dito, é que o relator do feito refere facto ou circunstância importante omitidos na exposição.

Um simples aparte do advogado desfaria o erro ou o equívoco do relator,

possibilitando aos juizes que não examinaram o processo um melhor conhecimento da causa. O aparte, porém, — mesmo que o "breve e conciso" do estilo parlamentar — proibido com tal rigor que, quando a ele se atreve um advogado mais afoito ou dedicado, é recebido como uma afronta ao Tribunal.

Conta o eminente professor de Direito e advogado Noé Azevedo, presidente do Conselho da Ordem, Secção de São Paulo, em seu "Notas Jurídicas", pg. 119 — que a intromissão de um aparte de advogado provocou tal reação no tribunal paulista que, em assento tomado por suas Câmaras Conjuntas,

"se erigiu em verdadeiro crime a interrupção de um voto, com o esclarecimento que o advogado pretendesse ministrar. Deixou-se o presidente armado de sanções, verdadeiramente fulminantes, para impedir a renovação dessas tentativas".

Difícil será encontrar um advogado militante que, em sua vida profissional, não conte pelo menos um caso de íntima revolta contra o silêncio que a lei processual, ou o regimento ou assentos do tribunal, lhe impoz ante o equívoco ou erro, que um aparte rápido desfaria, do relator do feito.

Em defesa de um aparte que, certa vez, não sopitamos frente ao tribunal, aqui o justificamos:

"Não sopitou, porque insopitável é um grito d'alma, e de alma de quem em toda a sua vida mais não fez do que lutar pelo Direito e pela Liberdade.

E, cáia embora sobre ele a ira sagrada do Olimpo! — de sopitar não seria, mesmo que sopitável fôsse. Acima dos homens, e dos tribunais, está o Direito. Acima da praxe, está a Justiça. Castigado por clamar Justiça, não é ser castigado, é ser honrado.

Clamando Justiça, VIEIRA, que era VIEIRA, e era padre, ousou dizer a Deus, que era, e é Deus: "Não hei de pedir pedindo senão protestando, e argumentando; pois esta é a licença, e liberdade, que tem, quem não pede favor, senão justiça".

Se VIEIRA, que era VIEIRA, e era padre, assim ousou imprecisar a Deus, que era, e é Deus — e não foi castigado, justo é que o não seja também o advogado que não imprecou ao Tribunal, nem tão ou-

sadamente protestou, mas somente não impediu saísse de seu peito, sem estrépido desrespeitoso, mas em apenas audível voz, a frase que, ela sim, por si mesma, clamava por justiça, pela correção de um equívoco manifesto de um Juiz, que é juiz, e ilustre, e honrado, mas não é Deus!"

Outras vezes, sucedem-se na tribuna os patronos do recorrente e do recorrido; exgotam, com proficiência e dedicação, os fatos e o mérito da causa, para, logo em seguida, perceberem quão inútil e fastidioso foi o seu esforço, de vez que o relator dá, e os demais juizes que não examinaram o processo o seguem, por uma preliminar inexpressiva...

— A correção da falha processual não estaria em se permitir, em lei, o aparte nos julgamentos dos juizes coletivos, dada a dificuldade de bem controlá-lo nos limites impostos pela austeridade da Justiça.

A nosso vêr, a modificação proposta no presente projeto de lei melhor solucionar o problema.

A simples transferência do debate oral para depois de proferido o voto integral do relator, proporcionará aos advogados a correção, respeitosa, de qualquer erro de fato ou equívoco de direito praticado pelo relator, que, em seguida, manterá ou não o seu entendimento, na forma que estipular o regimento interno do tribunal.

Por outro lado, a "balbúrdia da discussão e a confusão até dos mais atilados", a que se refere ODILON DE ANDRADE, tornadas ainda menos provocáveis, desde que, conhecido todo o voto do relator, nele terão os patronos adversos roteiro seguro para o debate, assim mais útil e eficiente do que a discussão desordenada de fatos e circunstâncias que, muitas vezes, nem são apreciadas pelos julgadores.

Parece-nos evidente o benefício para a boa distribuição da Justiça, e para o próprio prestígio dos tribunais, que a lei da modificação, ora proposta, na lei processual vigente.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 30 de março de 1951.

LEGISLAÇÃO REFERIDA

Código de processo civil, decreto-lei n.º 1.608 de 18 de setembro de 1939, artigo 875, *caput*:

"art. 875 — Na sessão de julgamento, feita pelo relator a ex-

posição dos fatos, o Presidente, si o recurso não fôr de agravo ou embargos declaratórios, dará a palavra sucessivamente ao recorrente e ao recorrido, pelo prazo im-

prorrogável de quinze (15) minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, passando o Tribunal a julgar, de acôrdo com o seu regimento interno".

Aprovado em emenda (2) de Comissão de Constituição e Justiça e o projeto em sessão pública, vai este à redação final



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 44-A — 1952 1

Modifica o artigo 875, "caput", do Código de Processo Civil (Decreto-Lei n.º 1.608, de 18 de Setembro de 1939); tendo parecer, com emendas, da Comissão de Constituição e Justiça e voto do Senhor Osvaldo Fonseca

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O artigo 875, *caput*, do decreto-lei n.º 1.608 de 18 de setembro de 1939 (código de processo civil) fica modificado para assim expressar:

"art. 875 — Na sessão de julgamento, feita a exposição dos fatos e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não fôr de agravo ou embargos declaratórios, dará, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido a palavra pelo prazo improrrogável de quinze (15) minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acôrdo com o regimento do Tribunal".

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 30 de março de 1951. —
Castilho Cabral. — Antônio Feliciano.
— Cunha Bueno. — Paulo Lauro. —
Frota Aguiar. — Marrey Júnior. —
Arnaldo Cerdeira. — Ubirajara Keutenedjian. — Ivete Vargas. — Lúcio Bittencourt. — Afimar Baleeiro.

Justificação

1 — Em comentário ao art. 875 do Código de Processo Civil, diz Odilon de Andrade "Comentários ao Código de Processo Civil, ed. Revista Forense, n.º 387" o seguinte:

"A exposição dos fatos é o relatório do feito, sem manifestação do voto. Deve ser êle o mais minucioso possível, não devendo o relator omitir fato ou circunstância que possam influir na decisão da causa. Devem ser expostos com clareza os pontos essenciais da controvérsia, e pelo relatório patenteia o juiz que a conhece e que vai decidí-la com pleno conhecimento de causa".

E, depois de citar opinião de José Alberto dos Reis, observa, com acuidade.

"Uma exposição bem feita da causa facilita o julgamento dos juizes que não examinaram o processo, e um relatório falho e defeituoso balbúrdia a discussão e confunde até os mais atilados".

2. Nada mais torturante para os advogados, que, crentes da "oralidade", ainda se dão ao trabalho de sustentar na tribuna forense os direitos que defendem do que não poderem retificar erros ou equívocos de um relatório falho e defeituoso refere fato ou circunstância importante omitidos na exposição.

Um simples aparte do advogado desfaria o erro ou o equívoco do relator, possibilitando aos juizes que não examinaram o processo um melhor conhecimento da causa. O aparte,

Projeto

porém, — mesmo que o “breve e conciso” do estilo parlamentar — proibido com tal rigor que, quando a ele se atreve um advogado mais afoito ou dedicado, é recebido como uma afronta ao tribunal.

Conta o eminente professor de Direito e advogado Noé Azevedo, presidente do Conselho da Ordem, Seção de São Paulo, em seu “Notas Jurídicas” pg. 119 — que a intromissão de um aparte de advogado provocou tal reação no tribuna paulista que, em assento tomado por suas Câmaras Conjuntas,

se erigiu em verdadeiro crime a interrupção de um voto, com o esclarecimento que o advogado pretendesse ministrar. Deixou-se o presidente armado de sanções, verdadeiramente fulminantes, para impedir a renovação dessas tentativas”.

Difícil será encontrar um advogado militante que, em sua vida profissional, não conte pelo menos um caso de íntima revolta contra o silêncio que a lei processual, ou o regimento ou assentos do tribunal, lhe impoz ante o equívoco ou erro, que um aparte rápido desfaria do relator do feito.

Em defesa de um aparte que, certa vez, não sopitamos frente ao tribunal, assim o justificamos:

“Não sopitou, porque insopitável é um grito d'alma, e de alma de quem em tôa a sua vida mais não fez do que lutar pelo Direito e pela Liberdade.

E, cáia embora sobre ele a ira sagrada do Olímpio! de sopitar não seria, mesmo que sopitável fôsse. Acima dos homens, e dos tribunais, está o Direito. Acima da praxe, está a Justiça. Castigado por clamar Justiça, não é ser castigado, é ser honrado. Clamando justiça, Vieira, que era Vieira, e era padre, ousou dizer a Deus, que era, e é Deus: “Não hei de pedir pedindo senão protestando, e argumentando; pois esta é a licença, e liberdade, que tem quem não pede favor, senão justiça”.

Si Vieira, que era Vieira, e era padre, assim ousou imprecicar a Deus, que era, e é Deus — e não foi castigado, justo é que o não seja também o advogado que não imprecou ao Tribunal, nem tão ousadamente protestou, mas somente não impediu saísse de seu peito, sem estrépito desrespeito,

mas em apenas audível voz, a frase que, ela sim, por si mesma, clamava por justiça, pela correção de um equívoco manifesto de um Juiz, que é juiz, e ilustre, e honrado, mas não é Deus!”

Outras vezes, sucedem na tribuna os patronos do recorrente e do recorrido; exgotam, com proficiência e dedicação, os fatos e o mérito da causa, para, logo em seguida, perceberem quão inútil e fastidioso foi o seu esforço, de vez que o relator dá, e os demais juizes que não examinaram o processo o seguem, por uma preliminar inexpressiva...

3. A correção da falha processual não estaria em se permitir, em lei, o aparte nos julgamentos dos juizes coletivos, dada a dificuldade de bem contê-lo nos limites impostos pela austeridade da Justiça.

A nosso vêr, a modificação proposta no presente projeto de lei melhor soluciona o problema.

A simples transferência do debate oral para depois de proferido o voto integral do relator, propiciará aos advogados a correção, respeitosa, de qualquer erro de fato ou equívoco de direito praticado pelo relator, que em seguida, manteria ou não o seu entendimento, na forma que estipular o regimento interno do tribunal.

Por outro lado a “balbúrdia da discussão e a confusão até dos mais atilados”, a que se refere Odilon de Andrade, tornadas ainda menos prováveis, desde que, conhecido todo o voto do relator, nele terão os patronos adversos roteiro seguro para o debate, assim mais útil e eficiente do que a discussão desordenada de fatos e circunstâncias que, muitas vezes, nem são apreciadas pelos julgadores.

Parece-nos evidente o benefício para a boa distribuição da justiça, e para o próprio prestígio dos tribunais, que advirá da modificação, ora proposta, na lei processual vigente.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados. 30 de março de 1951.

LEGISLAÇÃO REFERIDA

Código de processo civil decreto-lei n.º 1.608 de 18 de setembro de 1939, artigo 875, *caput*:

“Art. 875. Na sessão de julgamento, feita pelo relator a exposição dos fatos, o Presidente, si o recurso não fôr de agravo ou embargos declaratórios, dará a palavra sucessivamente ao recorrente e ao recorrido, pelo prazo improrrogável de quinze (15) minutos, a

cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, passando o Tribunal a julgar, de acordo com o seu regimento interno."

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

O ilustre Deputado Castilho Cabral, modificando a atual redação do artigo 875, *caput*, do Código do Processo Civil, pretende alterar o processo de julgamento na segunda instância, permitindo que os advogados das partes sustentem oralmente os seus recursos após o relator proferir o seu voto. Segundo o sistema tradicional, a sustentação é feita após o relatório mas antes de ser conhecido o voto do relator, sendo objetivo do projeto alterar essa orientação.

Em sua erudita justificação, o nobre autor do Projeto mostra que muitas vezes, "um simples aparte do advogado desfaria o erro ou o equívoco do relator, possibilitando aos juizes que não examinaram o processo um melhor conhecimento da causa", mas como salientar o Professor Nóbilio Azevedo, "se erigiu um verdadeiro crime a interrupção de um voto, com o esclarecimento que o advogado pretendesse ministrar".

Distribuído o Projeto, nesta Comissão, ao nobre Deputado Osvaldo Fonseca, proferiu este parecer contrário, advogando a permanência do art. 875 com sua redação atual, uma vez que o objetivo do projeto poderia "ser atingido com adoção de preceito nos Regimentos Internos dos Tribunais, permitindo, expressamente, nos casos focalizados, o esclarecimento das partes". Esse parecer todavia, não foi objeto de discussão, porque se decidiu preliminarmente, solicitar-se sobre o assunto da Ordem dos Advogados, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Sr. Procurador Geral da República e do Sr. Procurador do Distrito Federal.

Desses órgãos e autoridades, somente o primeiro atendeu à solicitação feita, manifestando-se de acordo com o projeto, por intermédio do Conselho Regional do Distrito Federal e do Conselho Federal. Para maior elucidação da matéria transcrevemos a seguir, os pareceres aprovados pelos dois referidos órgãos:

PARECER DO CONSELHO REGIONAL

"O Conselho deve, preliminarmente, decidir se a matéria comporta, regimentalmente, o seu pronunciamento. Sou pela afirmativa, em face do disposto no artigo 3 do Regimento Interno da Seção visto como se trata, evidentemente de assunto que interessa ao exercício da advocacia

Quanto ao mérito, sob de parecer que se manifeste ao Congresso Nacional apoio do Conselho à modificação que o projeto introduz na vigente legislação processual, relativamente à oportunidade em que deve ser feita a defesa oral na segunda instância. São procedentes, a meu ver, as razões invocadas na justificação do projeto, e a alteração da ordem dos debates só pode trazer vantagens para o melhor julgamento das causas

O sistema ideal, — e a experiência cada dia nos ensina essa verdade, — seria o da permissibilidade dos apartes, já adotado segundo referiu há pouco tempo no Conselho Federal o Conselheiro Seabra Fagundes, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em seu Regimento Interno. A sensibilidade dos tribunais talvez não acolhesse bem, e lhe desse imperfeita execução, a inovação radical. A solução do projeto é, por assim dizer, um meio termo entre essa solução e a lei atual. Na maior parte das vezes e no voto que o relator faz a autêntica exposição da causa, ou lhe fixa os aspectos fundamentais pelos quais se orientarão os demais juizes. Na exiguidade do tempo que lhes é dado para a sustentação, dificilmente podem os advogados completar o relatório e expor a sua argumentação sobre o direito em discussão. A crítica do voto, se permitida na defesa oral, melhor alertará os outros juizes e, mesmo, poderá convencer o relator do erro em que tenha incidido.

A inovação quebra a forma clássica dos julgamentos na segunda instância, mas, no meu entender, em face da realidade, que todos conhecemos, de como, em geral, são produzidos os relatórios, ela vem de encontro à necessidade da boa distribuição da justiça, no tornar mais eficaz, — então apenas, como inúmeras vezes, mera e desinteressante formalidade — a sustentação oral dos recursos. Ela atuará certamente, como um contrapeso aos relatórios imperfeitos,

porque ensaja ao advogado fixar-se na crítica direta ao ponto de vista do relator, alertando a atenção dos demais juizes que também, vão preferir o seu voto.

Assim, pois, que é o sistema regimentalmente adotado pelo Conselho no julgamento dos processos disciplinares (artigos 126 e 155, § 9.º), com o melhor resultado para o esclarecimento a plenário a rapidez do julgamento.

Cumpra, finalmente, acentuar que, a prevalecer a modificação, conviria alterar igualmente o § 1.º do artigo da lei em causa para ficar expresso que o relator do feito terá a palavra novamente, antes dos demais juizes, para confirmar ou reconsiderar o voto dado". (a) *Gabriel Costa Carvalho*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Projeto n.º 4, de 1951, de autoria do Deputado Castilho Cabral, e sobre o qual a Câmara dos Deputados solicita o pronunciamento do Conselho Federal da Ordem, visa a modificar o artigo 375 do Código de processo Civil e Comercial para o fim de transferir o debate oral, que atualmente se realiza após o relatório, para depois do voto do relator do feito.

O Conselho do Distrito Federal pronunciou-se favoravelmente ao Projeto, aprovando o abalizado parecer do Conselheiro Costa Carvalho, e remeteu o processo ao Conselho Federal, em vista de se tratar de lei de âmbito nacional.

Concordamos com o parecer do Conselho do Distrito Federal, adotando, outrossim, a magnífica justificação do Projeto apresentado por seu autor, nosso ilustre colega Deputado Castilho Cabral. A modificação sugerida no Projeto terá evidentes benefícios à boa distribuição da Justiça. (a) *Adroaldo Mesquita da Costa*

VOTO DO RELATOR

Do ponto de vista de sua constitucionalidade, nada há a opor ao projeto, com o qual estou de inteiro acôrdo no que tange ao seu mérito, cuja apreciação se inclui na competência específica deste órgão técnico (Regimento, art. 27, § 1.º II).

Como salienta Seabra Fagundes, "embora se atendo à exposição de oral reveste grande importância como fase do julgamento coletivo. E' que

por ela, a parte inteira os vogais do exposto nas suas razões e sublinha para estes, o relator e o revisor, os aspectos capitais do pedido. O que venha a dizer pode, algumas vezes, inverter o sentido do julgamento opiniões já expressas, a sustentação pela convicção que comunique aos juizes". (Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil, Ed. Revista Forense, 1946, pág. 243).

Infelizmente, porém, não se tem atribuição a esse ato a sua justa importância, o que determina, por vezes, a crítica acêrba e amarga dos advogados, aos quais os juizes, frequentemente, negam o papel de colaboradores na distribuição da justiça, tratando-os como elementos perturbadores ou intrusos. A famosa teoria dos vasos comunicantes de Calamandrei é reiteradamente esquecida, surgindo as divergências, os atritos e as fricções que reduzem o grau de confiança pública no Poder Judiciário, confiança indispensável à preservação do regime democrático. Isto porque, como adverte Neumann, o que caracteriza as democracias do tipo americano não é, propriamente, a intervenção do povo na feitura das leis, mas sim, o respeito a certos direitos fundamentais da pessoa humana, cuja guarda e defesa incumbem aos tribunais (Robert G. Neumann, "Die Verfassungsentwicklung in den Vereinigten Staaten von Amerika 1939-1946, in Oesterreichische Zeitschrift für Öffentliches Recht", Setembro de 1946).

O desentendimento entre as duas classes, em quase todos os meridianos políticos do mundo, justifica a metáfora de Benedikt quando alude à "desarmonia do som" entre os juizes e advogados particularmente agravada quando se orma o contraste entre a mocidade de uns e a velhice de outros: "*alte Advokaten, junger Richter giebt einen hässlichen Klang*" (Edmund Benedikt, *Die Advokatur unserer Zeit*, Berlin, 4.ª Ed., pág. 13). Os juizes esquecem a lição de Pierre Lepaule: "*le juge doit trouver dans l'avocat un collaborateur et un ami de la justice*". Por seu turno, os advogados são levados a deixar de parte o velho ensinamento constante da "*Tradition du Barreau de Bordeaux*": "*l'avocat doit avoir l'amour du juge*".

No entanto se se atingisse a uma fórmula de perfeita harmonia, grandes seriam as vantagens, pois como diz Carvalho Neto, "irmanadas as duas classes, interpenetradas dos mesmos princípios de honra, nada mais belo do que o seu trabalho de pleitear e distribuir justiça, num ambiente de estima e confiança" (Advogados S. Paulo, pág. 425). Tal solução, porém, como adverte Payen, tem algo da quadratura do círculo: "*concilier en une formule les droits et les devoirs des avocats à l'égard des magistrats, c'est un peu la quadrature du cercle*" (Fernand Peyen, *Les Règles de la Profession d'Avocat et les Usages du Barreau de Paris*, 1936, pág. 324). Dificilmente os juizes aceitarão a idéia da perfeita igualdade entre eles e os advogados, admitindo em toda a sua extensão e com todas as suas consequências os ensinamentos de D'Aguesseau, que considerava a advocacia tão antiga quanto a magistratura, tão no quanto a justiça — *aussi ancien que bre quanto a virtude e tão necessária la magistrature, aussi noble que la vertu, aussi nécessaire que la justice*".

Uma das causas requentes de atrito é a desatenção com que os juizes dos tribunais "toleram" a sustentação oral dos recursos, permanecendo, salvo honrosíssimas exceções, inteiramente alheios e indiferentes aos argumentos dos advogados, justificando, dest'arte, a revolta de um Levi Carneiro, quando escrevia: "O advogado que está na tribuna tem direito de ser ouvido. Não é uma prova de consideração pessoal, que o juiz possa negar-lhe a seu critério. E se o juiz lhe nega esse direito, certamente negará o dó seu cliente" (Levi Carneiro, *O Livro de um Advogado*, Rio 1943, pág. 69). Esse mal, aliás, não é apenas nosso, pois também em Portugal o verbera Brandão Meireles, criticando de forma candente a "soberana superioridade dos julgadores" e Carnelutti, na Itália taxa a discussão oral de "*sconcio simulacro*" dada a sua inutilidade, porque levada a efeito entre "o tumulto dos colegas e a desatenção dos julgadores" (Francesco Carnelutti, *Lezioni di Diritto Processuale Civile*, Padova, 1933, vol. III, pág. 180).

O projeto, permitindo ao advogado discutir o voto do relator, panotando

as falhas do seu trabalho pondo em relevo as suas omissões, evidenciando o seu desacôrdo com a prova dos autos ou o seu desajustamento com a boa doutrina, obrigará o juiz a prestar a maior atenção aos argumentos, desde que se estabeleça a obrigatoriedade de um novo pronunciamento para manter ou confirmar o seu voto.

Para não alongar o presente parecer, aceitando os argumentos do autor da proposição e os da Ordem dos Advogados, opinamos pela aprovação do Projeto, com duas restrições apenas: uma, no sentido de somente não ser permitido o uso da palavra pelos advogados das partes, no julgamento dos embargos de declaração, na conformidade do voto do Conselheiro João de Oliveira Filho; outra, no que tange à conveniência de ficar expresso que o relator do eito terá novamente a palavra, antes dos demais juizes, para confirmar ou reconsiderar o voto dado.

Sala Arânio de Melo Franco, junho de 1952. — *Lucio Bittencourt*.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, aceitando as conclusões do voto do Relator, opina pela aprovação do projeto com as seguintes emendas:

1.^a

Suprimam-se no enunciado do artigo 375 as seguintes palavras: "gravo ou".

2.^a

Acrescente-se depois da palavra Tribunal, o seguinte: "depois de dada novamente a palavra ao relator para que, expressamente, confirme ou reconsidere o seu voto".

Sala Afrânio de Melo Franco, 18 de junho de 1952. — *Marrey Júnior*, Presidente. — *Lúcio Bittencourt*, Relator. — *Daniel Carvalho*. — *Ulysses*

Guimarães. — *Antônio Horácio*. — *Alberto Botino*. — *Augusto Meira*. — *Achiles Mincarone*. — *Jarbas Maranhão*. — *Otávio Correia*. — *Tarso Dutra*. — *Godoy Ilha*. — *Alencar Araripe*. — *José Joffily*.

VOTO DO SR. OSWALDO FONSECA

Submeteu o ilustre deputado Sr. Castilho Cabral, à consideração da Casa, o projeto n.º 44, de 1951, mo-

✓
Sumário
Justiça

dificando a redação do artigo 875. *caput*, do Código de Processo Civil, para o efeito de determinar sustentem oralmente as partes suas conclusões *após* a pronunciação do relator e não *antes*, como atualmente se observa.

Alega o douto deputado que, muitas vezes, somente ao proferir o voto refere o relator fato ou circunstância importante, incorrendo em erro ou equivocando-se em sua interpretação. E diz:

"A correção da falha processual não estaria em se permitir, em lei, o aparte nos julgamentos dos juízes coletivos, dada a dificuldade de bem contê-lo nos limites impostos pela austeridade da Justiça.

A nosso ver, a modificação proposta no presente projeto de lei melhor soluciona o problema.

A simples transferência do debate oral para depois de proferido o voto integral do relator, propiciará aos advogados a correção, respeitosa, de qualquer erro de fato ou equívoco de direito praticado pelo relator, que, em seguida, manterá ou não o seu entendimento, na forma que estipular o regimento interno do tribunal.

Por outro lado, a "balbúrdia da discussão e a confusão até dos mais atilados", a que se refere Odilon de Andrade, tornadas ainda menos prováveis, desde que, conhecido todo o voto do relator, nele terão os patronos adversos roteiro seguro para o debate, assim mais útil e eficiente do que a discussão desordenada de fatos e circunstâncias que, muitas vezes, nem são apreciadas pelos julgadores".

PARECER DO RELATOR

Qual a utilidade da sustentação oral, se as razões das partes são antes expressas por escrito?

"E" que, por ela, a parte inteira os vogais do exposto nas suas razões e sublinha para estes, o relator e o revisor, os assuntos capitais do pedido. O que venha a dizer pode, algumas vezes, inverter o sentido do julgamento pela convicção que comunique aos Juizes" (Seabra Fagundes, "Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil—p. 243 — nota 59).

De acordo com o projeto, para possibilitar a correção de erro ou equívoco do relator, o voto deste passará a ser proferido em face apenas das razões escritas. Ora, se a sustentação oral pode esclarecer e orientar o julgamento, termos que, *permanentemente*, ficarão as partes privadas de possibilidade de influir na pronunciação do relator, ganhando em troca oportunidade legal de corrigir erro ou equívoco *eventualmente* cometidos pelo relator.

Como o erro ou equívoco raramente ocorram — e alguns tribunais adotam a praxe de, em certas circunstâncias, permitir rápidos esclarecimentos das partes, após o voto do relator — preferimos ficar com a atual redação do artigo 875 do Código de Processo Civil, já que o objetivo do projeto poderá ser atingido com a adoção de preceitos nos Regimentos Internos dos Tribunais, permitindo expressamente, nos casos focalizados, o esclarecimento das partes.

Sala "Afrânio de Melo Franco", em 28 de maio de 1951. — Osvaldo Fonseca — Relator.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

44 A
1952

Projeto _____ vol. 1

Parecer de Sen. X. ^{18.6.52} _____ vol. 1
Luci Pitcaumont
(2 em anexo)

Aprova o anexo e o projeto vai estar à
redação fixa

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1952.

Nº 01534

Encaminha o Projeto de Lei
nº 44-B, de 1951.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de que
se digne submetê-lo à consideração do Senado Federal, o Projeto de Lei nº
44-B, de 1951, que modifica o Art. 875, caput, do Código de Processo Civil.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os pro-
testos de minha elevada estima e distinta consideração.

Anexos :

F. da sinopse
Avulsos do Proje. 44 - 1951
até letra - B.

RUI SANTOS

Servindo de 1º Secretário .

A Sua Excelência o Senhor Senador Etelvino Lins,
Primeiro Secretário do Senado Federal.

HRP.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



IMPRIMIR

Em 14/7/52
24

Aprovado. A. Lemos.

15.7.52

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL

PROJETO Nº 44-B-1951

Redação Final do projeto nº 44-A, de 1951, que modifica o artigo 875, caput, do Código de Processo Civil.

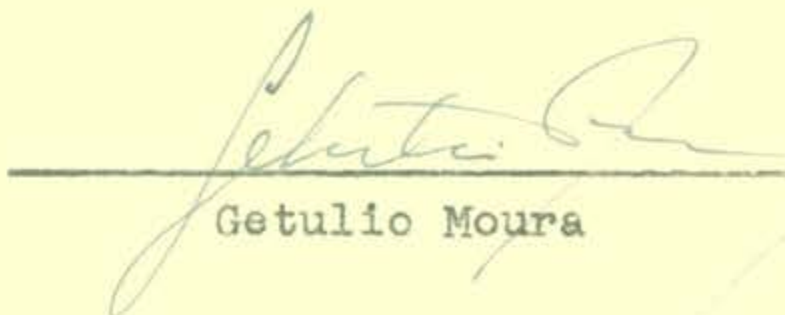
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O Art. 875, caput, do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 — Código de Processo Civil — passa a ter a seguinte redação:

"Art. 875. Na sessão de julgamento, feita a exposição dos fatos e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não fôr de embargos declaratórios, dará, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, a palavra pelo prazo improrrogável de quinze minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acordo com o regimento interno do Tribunal, depois de dada novamente a palavra ao relator para que, expressamente, confirme ou reconsidere o seu voto."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala "Alcindo Guanabara", de julho de 1952.

, Presidente
Getulio Moura


Manoel de Barros Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A IMPRIMIR

Em 25/6/952

PROJETO

Nº 44-A-1951

Modifica o art. 875, caput, do Código de Processo Civil, (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939); tendo parecer, com emendas, da Comissão de Constituição e Justiça e voto do Sr. Osvaldo Fonseca.

PROJETO Nº 44-1951 A QUE SE REFERE O PARECER

A Comissão de Constituição e Justiça - Em 16-4-51
Proj. Osvaldo Fonseca

A IMPRIMIR

Em 30/3/51

~~Projeto de Lei nº 44-1951~~

Projeto Dep. Felix Valois nº 44-1951

Modifica o art. 875, caput, do código de processo civil, decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939.

(Hoje Sr. Castilho Cabral)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O artigo 875, caput, do decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939 (código de processo civil) fica modificado para assim expressar:

" Art. 875 - Na sessão de julgamento, feita a exposição dos factos e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não fôr de (agravo ou) embargos declaratórios, dará, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, a palavra pelo prazo improrrogável de quinze (15) minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acordo com o regimento interno do Tribunal."

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 30-março-1951

Castilho Cabral

Antônio Fernandes

Emílio Bueno

Paulo Del

Frota Moura

Arnaldo Berdeira

Arnaldo Berdeira

Ubirajara

Luiz Longas

JUSTIFICAÇÃO

1.- Em comentário ao art. 875 do código de processo civil, diz ODILON DE ANDRADE, - "Comentários ao Cod. de Proc. Civ., ed. Revista Forense, n. 387" - o seguinte:

" A exposição dos factos é o relatório do feito, sem manifestação do voto. Deve ser ele o mais minucioso possível, não devendo o relator omitir facto ou circunstância que possam influir na decisão da causa. Devem ser expostos com clareza os pontos essenciais da controvérsia, e pelo relatório paten-

013

3/2

teia o juiz que a conhece e que vai decidi-la com pleno conhecimento de causa."

E, depois de citar opinião de JOSÉ ALBERTO DOS REIS, observa, com acuidade:

3/2

" Uma exposição bem feita da causa facilita o julgamento dos juizes que não examinaram o processo, e um relatório falho e defeituoso balbúrdia a discussão e confunde até os mais atilados."

2.- Nada mais torturante para os advogados, que, crentes da "oralidade", ainda se dão ao trabalho de sustentar na tribuna forense os direitos que defendem - do que não poderem retificar erros ou equívocos de um relatório falho e defeituoso, porque, muitas vezes, só no voto, propriamente dito, é que o relator do feito refere facto ou circunstância importante omitidos na exposição.

Um simples aparte do advogado desfaria o erro ou o equívoco do relator, possibilitando aos juizes que não examinaram o processo um melhor conhecimento da causa. O aparte, porém, - mesmo que o "breve e conciso" do estilo parlamentar - proibido com tal rigôr que, quando a ele se atreve um advogado mais afoito ou dedicado, é recebido como uma afronta ao tribunal.

Conta o eminente professor de Direito e advogado NOÉ AZEVEDO, presidente do Conselho da Ordem, Secção de S. Paulo, em seu "NOTAS JURIDICAS", pg. 119 - que a intromissão de um aparte de advogado provocou tal reacção no tribunal paulista que, em assento tomado por suas Camaras Conjuntas,

3/2

" se erigiu em verdadeiro crime a interrupção de um voto, com o esclarecimento que o advogado pretendesse ministrar. Deixou-se o presidente armado de sanções, verdadeiramente fulminantes, para impedir a renovação dessas tentativas".

Difícil será encontrar um advogado militante que, em sua vida profissional, não conte pelo menos um caso de íntima revolta contra o silêncio que a lei processual, ou o regimento ou assentos do tribunal, lhe impoz ante o equívoco ou erro, que um aparte rápido desfaria, do relator do feito.

Em defesa de um aparte que, certa vez, não sopitamos frente ao tribunal, assim o justificamos:

3/2

" Não sopitou, porque insopitável é um grito d'alma, e de alma de quem em toda a sua vida mais não fez do que lutar pelo Direito e pela Liberdade. E, cáia embora sobre ele a ira sagrada do Olimpo! - de sopitar não seria, mesmo que sopitável fôsse. Acima dos homens, e dos tribunais, está o Direito. Acima da praxe, está a Justiça. Castigado por clamar Justiça, não é ser castigado, é ser honrado. Clamando justiça, VIEIRA, que era VIEIRA, e era padre, ousou dizer a Deus, que era, e é Deus: " Não hei de pedir pedindo senão protestando, e argumentando; pois esta é a licença, e liberdade, que tem, quem não pede favor, senão justiça". Si VIEIRA, que era VIEIRA, e era padre, assim ousou imprecicar a Deus, que era, e é Deus - e não foi castigado, justo é que o não seja também o advogado que não imprecou ao Tribunal, nem tão ousadamente protestou, mas somente não impediu saísse de seu peito, sem estrépito desrespeitoso, mas em apenas audível voz, a frase que, ela sim, por si mesma, clamava por justiça, pela correção de um equívoco manifesto de um Juiz, que é juiz, e ilustre, e honrado, mas não é Deus!"

C14

Outras vezes, sucedem-se na tribuna os patronos do recorrente e do recorrido; exgotam, com proficiência e dedicação, os factos e o mérito da causa, para, logo em seguida, perceberem quão inútil e fastidioso foi o seu esforço, de vez que o relator dá, e os demais juizes que não examinam o processo o seguem, por uma preliminar inexpressiva...

3.- A correção da falha processual não estaria em se permitir, em lei, o aparte nos julgamentos dos juizes coletivos, dada a dificuldade de bem contê-lo nos limites impostos pela austeridade da Justiça.

A nosso vêr, a modificação proposta no presente projeto de lei melhor soluciona o problema.

A simples transferencia do debate oral para depois de proferido o voto integral do relator, propiciará aos advogados a correção, respeitosa, de qualquer erro de facto ou equívoco de direito praticado pelo relator, que, em seguida, manterá ou não o seu entendimento, na forma que estipular o regimento interno do tribunal.

Por outro lado, a "balbúrdia da discussão e a confusão até dos mais atilados", a que se refere ODILON DE ANDRADE, tornadas ainda menos prova-veis, desde que, conhecido todo o voto do relator, nele terão os patronos adversos roteiro seguro para o debate, assim mais útil e eficiente do que a discussão desordenada de factos e circunstancias que, muitas vezes, nem são apreciadas pelos julgadores.

Parece-nos evidente o beneficio para a boa distribuição da justiça, e para o proprio prestigio dos tribunais, que advirá da modificação, ora proposta, na lei processual vigente.

Sala das Sessões da Camara dos Deputados, 30-março-1951

LEGISLAÇÃO REFERIDA

Código de processo civil, decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939, artigo 875, caput:

3/ " art. 875 - Na sessão de julgamento, feita pelo relator a exposição dos factos, o Presidente, si o recurso não fôr de agravo ou embargos declaratórios, dará a palavra sucessivamente ao recorrente e ao recorrido, pelo prazo improrogavel de quinze (15) minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, passando o Tribunal a julgar, de acôrdo com o seu regimento interno."

RELATÓRIO

015

2035-176
O ilustre Deputado Castilho Cabral, modificando a atual redação do art.875, caput, do Código do Processo Civil, pretende alterar o processo de julgamento na segunda instância, permitindo que os advogados das partes sustentem oralmente os seus recursos após o relator proferir o seu voto. Segundo o sistema tradicional, a sustentação é feita após o relatório mas antes de ser conhecido o voto do relator, sendo objetivo do projeto alterar essa orientação.

Em sua erudita justificação, o nobre autor do Projeto mostra que, muitas vezes, "um simples aparte do advogado desfaria o erro ou o equívoco do relator, possibilitando aos juizes que não examinaram o processo um melhor conhecimento da causa", mas, como salientou o Prof. NOÉ AZEVEDO, "se erigiu um verdadeiro crime a interrupção de um voto, com o esclarecimento que o advogado pretendesse ministrar".

Distribuido o Projeto, nesta Comissão, ao nobre Deputado Osvaldo Fonseca, proferiu este parecer contrário, advogando a permanência do art.875 com sua redação atual, uma vez que o objetivo do projeto poderia "ser atingido com adoção de preceito nos Regimentos Internos dos Tribunais, permitindo, expressamente, nos casos focalizados, o esclarecimento das partes". Esse parecer, todavia, não foi objeto de discussão, porque se decidiu, preliminarmente, solicitar-se a audiência sobre o assunto da Ordem dos Advogados, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Snr. Procurador Geral da República e do Snr. Procurador Geral do Distrito Federal.

Desses órgãos e autoridades, somente o primeiro atendeu à solicitação feita, manifestando-se de acordo com o projeto, por intermédio do Conselho Regional do Distrito Federal e do Conselho Federal. Para maior elucidação da matéria transcrevemos, a seguir, os pareceres aprovados pelos dois referidos órgãos:

Parecer do Conselho Regional

" O Conselho deve, preliminarmente, decidir se a

e/16

matéria comporta, regimentalmente, o seu pronunciamento, Sou pela afirmativa, em face do disposto no artigo 3 do Reg. Interno da Secção, visto como se trata, evidentemente, de assunto que interessa ao exercício da advocacia.

Quanto ao mérito, sou de parecer que se manifeste ao Congresso Nacional apóio do Conselho à modificação que o projeto introduz na vigente legislação processual, relativamente à oportunidade em que deve ser feita a defesa oral na segunda instância. São procedentes, a meu ver, as razões invocadas na justificacção do projeto, e a alteração da ordem dos debates só pode trazer vantagens para o melhor julgamento das causas.

O sistema ideal, - e a experiência cada dia nos ensina essa verdade, - seria o da permissibilidade dos apartes, já adotado, segundo referiu, há pouco tempo, no Conselho Federal, o Conselheiro Seabra Fagundes, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em seu Regimento Interno. A sensibilidade dos tribunais talvez não acolhesse bem, e lhe desse imperfeita execução, a inovação radical. A solução do projeto é, por assim dizer, um meio termo entre essa solução e a lei atual. Na maior parte das vêzes é no voto que o relator faz a autêntica exposição da causa, ou lhe fixa os aspectos fundamentais pelos quais se orientarão os demais juizes. Na exiguidade do tempo que lhes é dado para a sustentação, difficilmente podem os advogados completar o relatório e expor a sua argumentação sôbre o direito em discussão. A crítica do voto, se permitida na defesa oral, melhor alertará os outros juizes e, mesmo, poderá convencer o relator do êrro em que te-

0.17
nha incidido.

A inovação quebra a forma clássica dos julgamentos na segunda instância, mas, no meu entender, em face da realidade, que todos conhecemos, de como, em geral, são produzidos os relatórios dos feitos, ela vem de encontro às necessidades da boa distribuição da justiça, no tornar mais eficaz, - não apenas, como inúmeras vezes, mera e desinteressante formalidade -, a sustentação oral dos recursos. Ela atuará, certamente, como um contrapeso aos relatórios imperfeitos, porque enseja ao advogado fixar-se na crítica direta ao ponto de vista do relator, alertando a atenção dos demais juizes que também vão proferir o seu voto.

Assinalo aliás, que êsse é o sistema regimentalmente adotado pelo Conselho no julgamento dos processos disciplinares (artigos 126 e 155, § 9º), com o melhor resultado para o esclarecimento do plenário e a rapidez do julgamento.

Cumpre, finalmente, acentuar que, a prevalecer a modificação, conviria alterar igualmente o § 1º do artigo de lei em causa, para ficar expresso que o relator do feito terá a palavra novamente, antes dos demais juizes, para confirmar ou reconsiderar o voto dado "(a) Gabriel Costa Barvalho.

Parecer do Conselho Federal

VOTO DO RELATOR

" O Projeto n. 44, de 1951, de autoria do Deputado Castilho Cabral, e sobre o qual a Câmara dos Deputados solicita o pronunciamento do Conselho Federal da Ordem, visa a modificar o artigo 875 do Código de processo Civil e Comercial para o fim de transferir o debate oral, que atualmente se realiza

018

após o relatório, para depois do voto do relator do feito.

O Conselho do Distrito Federal pronunciou-se favoravelmente ao Projeto, aprovando o abalisado parecer do Conselheiro Costa Carvalho, e remeteu o processo ao Conselho Federal, em vista de se tratar de lei de âmbito nacional.

Concordámos com o parecer do Conselho do Distrito Federal, adotando, outrossim, a magnífica justificação do Projeto, apresentado por seu autor, nosso ilustre colega Deputado Castilho Cabral. A modificação sugerida no Projeto trará evidentes benefícios à boa distribuição da Justiça. " (a.) Adroaldo Mesquita da Costa.

VOTO DO RELATOR

e 19

Do ponto de vista de sua constitucionalidade, nada há a opôr ao projeto, com o qual estou de inteiro acôrdo no que tange ao seu mérito, cuja apreciação se inclui na competencia específica deste órgão técnico (Regimento, art.27, § 1º, II).

Como salienta SEABRA FAGUNDES, "embora se atendo à exposição de opiniões já expressas, a sustentação oral reveste grande importância como fase do julgamento coletivo. É que, por ela, a parte inteira os vogais do exposto nas suas razões e sublinha para estes, o relator e o revisor, os aspetos capitais do pedido. O que venha a dizer pode, algumas vezes, inverter o sentido do julgamento pela convicção que comunique aos juizes " (Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil, Ed. Revista Forense, 1946, pag.243).

Infelizmente, porem, não se tem atribuído a êsse ato a sua justa importância, o que determina, por vezes, a crítica acêrba e amarga dos advogados, aos quais os juizes, frequentemente, negam o papel de colaboradores na distribuição da justiça, tratando-os como elementos perturbadores ou intrusos. A famosa teoria dos vasos comunicantes de CALAMANDREI é reiteradamente esquecida, surgindo as divergências, os atritos e as fricções que reduzem o grau de confiança pública no Poder Judiciário, confiança indispensável à preservação do regime democrático. Isto porque, como adverte NEUMANN, o que caracteriza as democracias do tipo americano não é, propriamente, a intervenção do povo na feitura das leis, mas, sim, o respeito a certos direitos fundamentais da pessoa humana, cuja guarda e defesa incumbem aos tribunais (ROBERT G. NEUMANN, Die Verfassungsentwicklung in den Vereinigten Staaten von Amerika 1939-1946, in Oesterreichische Zeitschrift für Oeffentliches Recht, Setembro de 1946).

O desentendimento entre as duas classes, em quasi todos os meridianos políticos do mundo, justifica a metáfora de BENEDIKT quando alude à "desarmonia do som" entre os juizes e advogados, particularmente agravada quando ^{se} forma o contraste entre a mocidade de uns e a velhice de outros: "alte Advokaten, junge Richter giebt einen hässlichen Klang " (EDMUND BENEDIKT, "Die Advokatur unserer Zeit ",

e 20

Berlim, 4a. Ed., pag.13). Os juizes esquecem a lição de PIERRE LEPAU-
LE: "le juge doit trouver dans l'avocat un collaborateur, et un ami
de la justice". Por seu ~~trabalho~~ ^{trabalho}, os advogados são levados a deixar de
parte o velho ensinamento constante da "Tradition du Barreau de Bor-
deaux" : "l'avocat doit avoir l'amour du juge".

No entanto, se se atingisse a uma fórmula de perfeita har-
monia, grandes seriam as vantagens, pois, como diz CARVALHO NETO, "ir-
manadas as duas classes, interpenetradas dos mesmos principios de hon-
ra, nada mais belo do que o seu trabalho de pleitear e distribuir jus-
tiça, num ambiente de estima e confiança" (Advogados, S.Paulo, pag.
425). Tal solução, porém, como adverte PAYEN, tem algo da quadratura
do círculo: "concilier en une formule les droits et les devoirs des
avocats à l'égard des magistrats, c'est un peu la quadrature du cer-
cle" (FERNAND PEYEN, Les Règles de la Profession d'Avocat et les Usa-
ges du Barreau de Paris, 1936, pag.324). Dificilmente os juizes acei-
tarão a ideia da perfeita igualdade entre eles e os advogados, admitin-
do em toda a sua extensão e com todas as suas consequências o ensina-
mentos de D'AGUESSEAU, que considerava a advocacia tão antiga quanto
a magistratura, tão nobre quanto a virtude e tão necessária quanto a
justiça - aussi ancien que la magistrature, aussi noble que la vertu,
aussi nécessaire que la justice".

Uma das causas frequentes de atrito é a desatenção com que
os juizes dos tribunais "toleram" a sustentação oral dos recursos, per-
manecendo, salvo honrosíssimas exceções, inteiramente alheios e indi-
ferentes aos argumentos dos advogados, justificando, destarte, a re-
volta de um LEVI CARNEIRO, quando escrevia: "O advogado que está na
tribuna tem direito de ser ouvido. Não é uma prova de consideração
pessoal, que o juiz possa negar-lhe a seu critério. E se o juiz lhe
nega esse direito, certamente negará o do seu cliente" (LEVI CARNEIRO,
O Livro de um Advogado, Rio, 1943, pag.69). Esse mal, aliás, não é ape-
nas nosso, pois também em Portugal o verbera BRANDÃO MEIRELLES, criti-
cando de forma candente a "soberana superioridade dos julgadores" e
CARNELUTTI, na Itália, taxa a discussão oral de "sconcio simulacro",

021

dada a sua inutilidade, porque levada a efeito entre " o tumulto dos colegas e a desatenção dos julgadores " (FRANCESCO CARNELUTTI, Lezioni di Diritto Processuale Civile, Padova, 1933, vol.III, pag. 180).

O projeto, permitindo ao advogado discutir o voto do relator, apontando as falhas do seu trabalho, pondo em relêvo as suas omissões, evidenciando o seu desacôrdo com a prova dos autos ou o seu desajustamento com a boa doutrina, obrigará o juiz a prestar a maior atenção aos argumentos, desde que se estabeleça a obrigatoriedade de um novo pronunciamento para manter ou confirmar o seu voto.

Para não alongar o presente parecer, aceitando os argumentos do autor da proposição e os da Ordem dos Advogados, opinamos pela aprovação do Projeto, com duas restrições, apenas: uma, no sentido de somente não ser permitido o uso da palavra, pelos advogados das partes, no julgamento dos embargos de declaração, na conformidade do voto do Conselheiro JOÃO DE OLIVEIRA FILHO; outra, no que tange à conveniencia de ficar expresso que o relator do feito terá novamente a palavra, antes dos demais juizes, para confirmar ou reconsiderar o voto dado.

Sala Afranio de Melo Franco, de Junho de 1952

Lucio Bitencourt

PARECER DA COMISSÃO

C 22

A Comissão de Constituição e Justiça, aceitando as conclusões do voto do Relator, opina pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas:

1a.

Suprimam-se no enunciado do art.875 as seguintes palavras: "agravo ou"

2a.

Acrescente-se depois da palavra Tribunal, o seguinte: "depois de dada novamente a palavra ao relator para que, expressamente, confirme ou reconsidere o seu voto".

Sala Afranio de Melo Franco, 18 de Junho de 1952

Marrey Junior Nancy Jr Presidente.

Rocio Bitencourt Rocio Bitencourt, Relator

Daniel Carvalho Daniel Carvalho

Ulysses Guimarães Ulysses Guimarães

Antonio Horácio Antonio Horácio

Alberto Botino Alberto Botino

Augusto Meira Augusto Meira

Achilles Mincarone Achilles Mincarone

Jarbas Maranhão Jarbas Maranhão

Cláudio Pereira Cláudio Pereira

Tasso Dutra Tasso Dutra

Edson Ilha Edson Ilha

Alencar Araújo Alencar Araújo

João Joffily João Joffily

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇAProjeto nº 44, de 1951.- RELATÓRIO -

Submeteu o ilustre deputado Sr. Castilho Cabral, à consideração da Casa, o projeto nº 44, de 1951, modificando a redação do artigo 875, caput, do Código de Processo Civil, para o efeito de ^{oralmente} terminar sustentem as partes suas conclusões após a pronunciação do relator e não antes, como atualmente se observa.

Alega o douto deputado que, muita vez, somente ao proferir o voto refere o relator fato ou circunstância importante, incorrendo em erro ou equivocando-se em sua interpretação. E diz:

"A correção da falha processual não estaria em se permitir, em lei, o aparte nos julgamentos dos juízos coletivos, dada a dificuldade de bem contê-lo nos limites impostos pela austeridade da Justiça.

A nosso ver, a modificação proposta no presente projeto de lei melhor soluciona o problema.

A simples transferência do debate oral para depois de proferido o voto integral do relator, propiciará aos advogados a correção, respeitosa, de qualquer erro de fato ou equívoco de direito praticado pelo relator, que, em seguida, manterá ou não o seu entendimento, na forma que estipular o regimento interno do tribunal.

Por outro lado, a "balbúrdia da discussão e a confusão - até dos mais atilados", a que se refere Odilon de Andrade, tornadas ainda menos prováveis, desde que, conhecido todo o voto do relator, nele terão os patronos adversos roteiro seguro para o debate, assim mais útil e eficiente do que a discussão desordenada de fatos e circunstâncias que, muitas vezes, nem são apreciadas pelos julgadores".

PARECER DO RELATOR

Qual a utilidade da sustentação oral, se as razões das partes são antes expressas por escrito?



e 24

"É que, por ela, a parte inteira os vogais do exposto - nas suas razões e sublinha para êstes, o relator e o revisor, os assuntos capitais do pedido. O que venha a dizer pode, algumas vezes, inverter o sentido do julgamento pela convicção que comunique aos Juizes" (Seabra Fagundes, "Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil, p. 243, nota 59).

De acôrdo com o projeto, para possibilitar a correção de erro ou equívoco do relator, o voto dêste passará a ser proferido em face apenas das razões escritas. Ora, se a sustentação oral pode esclarecer e orientar o julgamento, teremos que, permanentemente, ficarão as partes privadas de possibilidade de influir na pronúncia do relator, ganhando em troca oportunidade legal de corrigir erro ou equívoco eventualmente cometidos pelo relator.

Como o erro ou equívoco raramente ocorram - e alguns tribunais adotem a praxe de, em certas circunstâncias, permitir rápidos esclarecimentos das partes, após o voto do relator - preferimos ficar com a atual redação do artigo 875 do Código de Processo Civil, já que o objetivo do projeto poderá ser atingido com a adoção de preceito nos Regimentos Internos dos Tribunais, permitindo expressamente, nos casos focalizados, o esclarecimento das partes.

Sala "Afrânio de Melo Franco", em 28 de maio de 1951.

Osvaldo Fonseca Guarab Trecey
Relator

PARECER DA COMISSÃO

~~A Comissão de Constituição e Justiça, pelos fundamentos constantes do voto do Relator, opina pela rejeição do projeto nº. 44, de 1951~~

~~Sala "Afrânio de Melo Franco" em 28 de maio de 1951.~~

~~Guarab Trecey
Relator~~

Projeto nº 44-51

Solicitar info. ao:

- 1) Conselho Federal de Ordem dos Advogados
- 2) Instituto dos Advogados Brasileiros
- 3) Procurador Geral da República
- 4) Procurador Geral do Distrito Federal

Impr. esp. p.

Informações acima
satisfatórias pelo
ofício 17/1951

298

A quem fez a requisição

28/6/1951

Ju/Pl. n. Amaral

256-LM

Em 25 de junho de 1951

Senhor 1º Secretário:

Cumpro o dever de informar a Vossa Excelência que o Projeto nº 44/1951 que altera o art. 875 do Código de Processo Civil e que acompanhou o ofício dessa Câmara nº 887, de 8 de junho do ano em curso, será submetido à apreciação do Conselho Federal, oportunamente, havendo sido designado o Conselheiro Adroaldo Mesquita da Costa para formular parecer sobre o assunto.

Queira Vossa Excelência aceitar, nesta oportunidade, protestos de elevado apreço e maior consideração.


MACARIO PICANÇO
SECRETARIO GERAL

A quem fez a requisição.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Gurgel do Amaral - Digníssimo 1º Secretário da Câmara dos Deputados.

República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 1033

Of. 17 da Com. de Constituição e Justiça
Ao Presid. do Conselho da Ordem dos Advogados of. 887
Aguarda informações

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 44 DE 1957
Of. 887-57

AO ARQUIVO

EM 12/9/63

SINOPSE

Projeto N.º de de 19.....

Ementa:

Autor:

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

Caixa: 4

Lote: 28
PL N.º 44/1951
25

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Rio de Janeiro, 1 de junho de 1951.

Nº 17/51

[Assinatura manuscrita]

Senhor Presidente:



Atendendo a deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, solicito a Vossa Excelência se digne mandar tomar as devidas providências, no sentido de que sejam ouvidos o Conselho Federal da Ordem dos Advogados, o Instituto dos Advogados Brasileiros, a Procuradoria Geral da República e a Procuradoria Geral do Distrito Federal, a respeito do projeto de lei n. 44, de 1951, do sr. Castilho Cabral, o qual altera o artigo 875 do Código de Processo Civil.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência -
cia so protestos de minha alta estima e distinta consideração.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria dos Serviços Legislativos
Secção do Expediente

Feito o respectivo expediente
em 8 de junho de 1951,
por officio sob N.º 889

Secretaria da Câmara dos Deputados,
em 8 de junho de 1951
[Assinatura]
Chefe da Secção do Expediente

[Assinatura]
SAMUEL DUARTE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA

A SUA EXCELENCIA O SENHOR DOUTOR NEREU RAMOS
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1951

Nº 00887

Senhor Presidente :

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em avulsos, o teor do Projeto nº 44-1951, que altera o art. 875 do Código de Processo Civil a fim de que sobre o mesmo seja ouvido esse órgão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

GURGEL DO AMARAL,
1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

CV/AC

441/51

171/52

Sanção
24-11-56
Juscelino Kubitschek

Modifica o Art. 875, caput, do Código de Processo Civil.

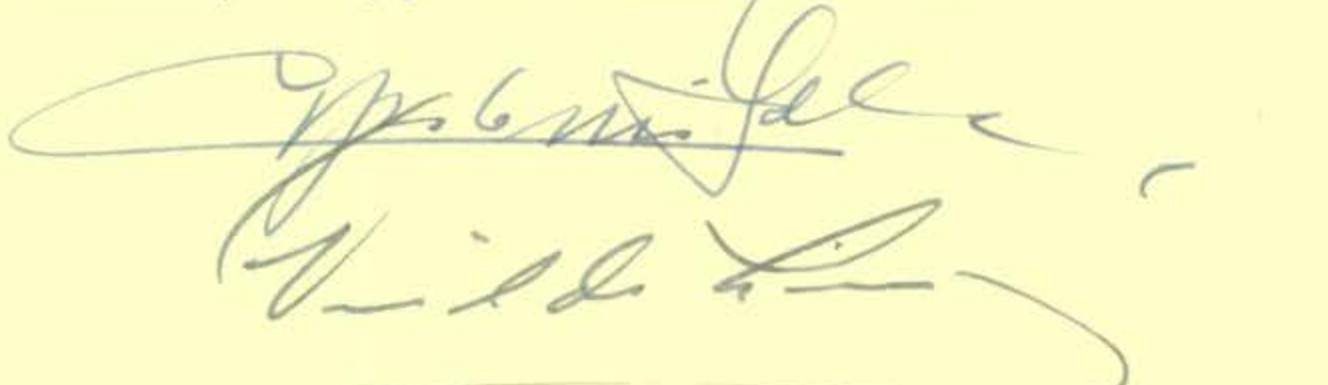
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O Art. 875, caput, do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 - Código de Processo Civil - passa a ter a seguinte redação:

"Art. 875. Na sessão de julgamento feita a exposição dos fatos e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não fôr de embargos declaratórios, dará, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, a palavra pelo prazo improrrogável de quinze minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acôrdo com o regimento interno do Tribunal, depois de dada novamente a palavra ao relator para que, expressamente, confirme ou reconsidere o seu voto."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 19 de novembro de 1956


Juscelino Kubitschek

C Ó P I A

OFÍCIO

P.L.C. Nº 171/52

950

19 de novembro de 1956

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins que, nesta data, foi enviado a sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de números 44-B/51, dessa Câmara e 171/52, do Senado, aprovado pelo Congresso Nacional que modifica o Art. 375, caput, do Código de Processo Civil.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Senador Vivaldo Lima
1º Secretário

SEÇÃO DO EXPEDIENTE

J. G. Novais
SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Excelentíssimo Senhor Deputado Divonsir Côrtes
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

INTEIRADA

22/11/1956

Emil Tena
19 de novembro de 1956

950

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins que, nesta data, foi enviado à sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de números 44-B/51, dessa Câmara e 171/52, do Senado, aprovado pelo Congresso Nacional que modifica o Art. 875, caput, do Código de Processo Civil.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Vivaldo Lima
Senador Vivaldo Lima
1º Secretário

ANOTADO

Excelentíssimo Senhor Deputado Divonsir Côrtes
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS ANEXADOS:

República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º 1.635

Ofício nº 149-IM, de 52, da Ordem dos Advogados do Brasil
Encaminha cópias dos pareceres do Conselho Federal e do Conselho
Seccional do Distrito Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil,
referentes ao Projeto nº 111/51.

DESPACHO: *À Com. de Justiça em 2/6/52*

em de de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *Sub. Com. de Códigos*, em *5.6.52* 19
O Presidente da Comissão de *Justiça* *Manoel*
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº. DE 19

SINOPSE

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa:

.....

.....

Autor:

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

Caixa: 4

Lote: 28
PL N.º 44/1951

33

A' Comissão de Constituição e Justiça,
em 29-5-52.

Mudaf

RECEBIMENTO

149-LM

Em 20



Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópias dos pareceres do Conselho Federal e do Conselho Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, referentes ao projeto nº 44/51, que altera o artigo 875, do Código de Processo Civil e Comercial.

Queira Vossa Excelência aceitar, nesta oportunidade, os protestos do meu elevado apreço e maior consideração.

Haroldo Valladão

HAROLDO VALLADÃO
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor Deputado Rui de Almeida -
Digníssimo Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.

PROCESSO C. 424

ASSUNTO - Ofício da Câmara dos Deputados solicitando o pronunciamento do Conselho Federal para o Projeto nº 44/1951, que altera o art. 875 do Código de Processo Civil e Comercial.

RELATOR - Conselheiro Adroaldo Mesquita da Costa.

PARECER -

O Projeto nº 44, de 1951, de autoria do Deputado Castilho Cabral, e sobre o qual a Câmara dos Deputados solicita o pronunciamento do Conselho Federal da Ordem, visa a modificar o artigo 875 do Código de processo Civil e Comercial para o fim de transferir o debate oral, que atualmente se realiza após o relatório, para depois do voto do relator do feito.

O Conselho do Distrito Federal pronunciou-se favoravelmente ao Projeto, aprovando o abalísado parecer do Conselheiro Costa Carvalho, e remeteu o processo ao Conselho Federal, em vista de se tratar de lei de âmbito nacional.

Concordamos com o parecer do Conselho do Distrito Federal, adotando, outrossim, a magnífica justificação do Projeto, apresentado por seu autor, nosso ilustre colega Deputado Castilho Cabral. A modificação sugerida no Projeto trará evidentes benefícios à boa distribuição da Justiça.

Sala das Sessões, 20 de Maio de 1952.

(as) Adroaldo Mesquita da Costa, relator



DECISÃO -

Aprovados, por unanimidade, o parecer do relator e aditamento do Conselheiro João de Oliveira Filho no sentido de somente não ser permitido o uso da palavra no julgamento de embargos de declaração.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1952.

(as) Oscar Corrêa Pinna, no exercício ocasional da Presidência.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONFERE
Lyda Monteiro da Silva
LYDA MONTEIRO DA SILVA
Chefe da Secretaria

Tópico da ata da 655ª sessão da 21ª Reunião Extraordi-
nária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do
Brasil, realizada aos vinte de maio de mil novecentos-
e cinquenta e dois. -----

.....
.....
..... "Processo C.424 - Ofício da Câmara dos
Deputados, solicitando o pronunciamento do Conselho Fe-
deral para o Projeto nº 44/1951, do deputado Castilho
Cabral, que altera o art.875 do Código de Processo Ci-
vil e Comercial para o fim de se realizar o debate o-
ral após o voto do relator do feito. Devolvido o pro-
cesso pelo Conselheiro Carvalho Netto, o Relator, Con-
selheiro Adroaldo Mesquita da Costa, renovou o seu pa-
recer inteiramente favorável ao Projeto, de acôrdo, tam-
bém, com o parecer do Conselho Seccional do Distrito
Federal, cuja transcrição pede, no ofício a ser dirigi-
do à Câmara dos Deputados. Falaram em apôio do parecer
os Conselheiros Seabra Fagundes, Mac-Dowell da Costa e
João de Oliveira Filho, êste último oferecendo adita-
mento no sentido de sòmente não ser permitido o uso da
palavra nò julgamento de embargos de declaração. Pare-
cer e aditamento foram aprovados por unanimidade."-----

----- Confere com o original. Rio de Janeiro
Secretaria Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, aos
vinte e um de maio de mil novecentos e cinquenta e
dois. Lyda de Oliveira da Silva, Chefe da
Secretaria.

Processo 29/51

Este processo se formou com o avulso da Câmara dos Deputados contendo o projeto de lei nº 44/51, que dispõe sobre a modificação do artigo 875, caput, do Código de Processo Civil, modificação que visa transferir o momento da defesa oral dos recursos, em que há oportunidade de sustentação na tribuna (apelações, embargos etc.), para depois da leitura do voto do relator. É longa a justificação do projeto (ler).

O Conselho deve, preliminarmente, decidir se a matéria comporta, regimentalmente, o seu pronunciamento. Sou pela afirmativa, em face do disposto no artigo 3º do Reg. Interno da Secção, visto como se trata, evidentemente, de assunto que interessa ao exercício da advocacia.

Quanto ao mérito, sou de parecer que se manifeste ao Congresso Nacional e apoio do Conselho à modificação que o projeto introduz na vigente legislação processual, relativamente à oportunidade em que deve ser feita a defesa oral na segunda instância. São procedentes, a meu ver, as razões invocadas na justificação do projeto, e a alteração da ordem dos debates só pode trazer vantagens para o melhor julgamento das causas.

O sistema ideal, - e a experiência cada dia nos ensina essa verdade, - seria o da permissibilidade dos apartes, já adotado, segundo referiu, há pouco tempo, no Conselho Federal, o Conselheiro Seabra Fagundes, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em seu Regimento Interno. A sensibilidade dos tribunais talvez não acolhesse bem, e lhe desse imperfeita execução, a inovação radical. A solução do projeto é, por assim dizer, um meio termo entre essa solução e a lei atual. Na maior parte das vezes é no voto que o relator faz a autêntica exposição da causa, ou lhe fixa os aspectos fundamentais pelos quais se orientarão os demais juizes. Na exiguidade do tempo que lhes é dado para a sustentação, dificilmente podem os advogados completar o relatório e expor a sua argumentação sobre o direito em discussão. A crítica do voto, se permitida na defesa oral, melhor alertará os outros juizes e, mesmo, poderá convencer o rela

Ass.



tor do erro em que tenha incidido.

A inovação quebra a forma clássica dos julgamentos na segunda instância, mas, no meu entender, em face da realidade, que todos conhecemos, de como, em geral, são produzidos os relatórios dos feitos, ela vem de encontro às necessidades da boa distribuição da justiça, no tornar mais eficaz, - e não apenas, como inúmeras vezes, mera e desinteressante formalidade, - a sustentação oral dos recursos. Ela atuará, certamente, como um contrapêso aos relatórios imperfeitos, porque enseja ao advogado fixar-se na crítica direta ao ponto de vista do relator, alertando a atenção dos demais juizes que também vão proferir o seu voto.

Assinalo, aliás, que esse é o sistema regimentalmente adotado pelo Conselho no julgamento dos processos disciplinares (artigos 126 e 155, § 9º), com o melhor resultado para o esclarecimento do plenário e a rapidez do julgamento.

Cumpré, finalmente, acentuar que, a prevalecer a modificação, conviria alterar igualmente o § 1º do artigo de lei em causa, para ficar expresso que o relator do feito terá a palavra novamente, antes dos demais juizes, para confirmar ou reconsiderar o voto dado.

É este o meu parecer.

Distrito Federal, 17 de maio de 1951.

ass. Gabriel Costa Carvalho.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: